

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ - SP

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jundiaí/SP, realizada no dia 11 de Julho de 2013, às 18h00, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 504 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls. 61 e 61 vs, Justificaram a ausência as conselheiras Camila de M. M. Mendes , Lucelena de Fátima Rodrigues e Maria das Graças Silva Santos. A Sra. Presidente Maria Aparecida Carlos, abriu a sessão em segunda chamada e com uma saudação a todos, procedeu à leitura da ordem do dia 1)- **Avaliação e Deliberação do Conselho quanto ao aceite do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil / anexo -2) Reordenamento das Ações do Centro Pop (CREAS POP) – 3) – Proposta do Calendário de reuniões sobre o PPA 2014/2017 (Plano Plurianual) 4) Informes Gerais**, a Sra. Presidente esclareceu que a Reunião Ordinária foi antecipada em virtude da preparação da IX Conferência Municipal de Assistência Social, informando ainda a inversão da pauta da reunião, que se iniciará fará a inversão da pauta, iniciando assim pelo item: **2) Reordenamento das Ações do Centro Pop (CREAS POP)**: a conselheira Joana de Cássia Prudêncio iniciou a reunião apontando que os serviços para população de rua está na gestão da SEMADS (conforme anexo). Uma das missões da SEMADS é garantir, principalmente, os direitos dos usuários do município de Jundiaí, prosseguindo apontou ainda que o serviço para população de rua está dentro da política do SUAS, ou seja, está sob o comando da SEMADS, que é o órgão Gestor da Política de Assistência, segundo Resolução CNAS 109/09; o serviço para população de rua envolve: o Centro Pop , o Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem, o Abrigo Institucional , a República e também o Serviço de Abordagem Social; temos em Jundiaí hoje: o Centro Pop que é uma unidade pública, o Serviço de Acolhimento Institucional que é realizado pelo Serviços de Obras Sociais (SOS), que oferece, em um único espaço, as três modalidades de acolhimento: República, Casa de Passagem e Abrigo, sendo que o serviço de Abordagem Social também é realizado por eles. A atual administração está procurando referenciar e redefinir o atendimento realizado pelo o Centro Pop (Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua). A cidade conta ainda com um serviço complementar, não tipificado, realizado pela Casa Santa Marta, que oferece alimentação, banho e atendimento psicossocial, serviços abrangidos pela Rede para Atendimento de População de Rua no nosso município. O perfil da população de rua, em Jundiaí, hoje é composto, em sua maioria por pessoas do sexo masculino (noventa por cento), sendo que a maioria apresenta histórico de abuso, álcool e drogas; infelizmente não possuímos um diagnóstico que aponte quantos são dependentes químicos ou quantos fazem uso de drogas; temos ainda, uma estimativa de 150 (cento e cinquenta) moradores em situação de rua que não são atendidos pelo Serviço de Acolhimento Institucional, estimamos dessa forma, um número total geral de 220 (duzentos e vinte) pessoas em situação de rua. Foi realizado um censo com essa população e observamos que o perfil do usuário não difere da média nacional, ou seja, a maioria não faz uso do Serviço de Acolhimento, não sendo característica de nossa cidade, ressaltando que não existe um censo específico para pessoas em situação de rua. A presidente Maria Aparecida Carlos questionou se o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) não teria esses dados para fornecer e Joana Prudêncio esclareceu que eles possuem dados da média nacional, onde Jundiaí se insere,

porém, não existem dados individualizados por cidade. Continuando, Joana Prudêncio informou que a Secretaria criou um formulário para a realização de uma abordagem mais sistemática onde se questiona se a pessoa faz uso do serviço de acolhimento disponibilizado no Centro Pop e se não, o por quê. As respostas obtidas até o momento apontam que o maior motivo é a existência de regras, perca da autonomia e rigidez no horário de entrada; o Sr. Marco Antonio Simões Vieira, técnico da Semads, comentou em o Censo 2008 apontou que mais da metade da população de rua 53% (cinquenta e três por cento) possui idades entre 25 e 44 anos, que 39% (trinta e nove por cento) são negros ou pardos e que das pessoas de baixa renda, que se estimava aproximadamente 53,6% (cinquenta e dois vírgula seis por cento), 35,5% (trinta e cinco vírgula cinco por cento) estão na rua por problemas envolvendo alcoolismo ou drogas e que 29% (vinte e nove por cento) estão nesta situação em razão de desemprego; esclareceu ainda que o olhar hoje, dentro da assistência, é baseado nas pesquisas realizadas pela profissional Josi Brochetto do Centro Pop, frisando que uma pesquisa qualificada faria uma grande diferença. A senhora Presidente apontou a necessidade do Órgão Gestor apresentar esses dados, mesmo sendo de 2008, os conselheiros, juntamente com a apresentação do trabalho que esta sendo realizado nesta área, para que, neste momento, todos pudessem avaliar o que melhorou ou não e entender melhor a proposta de reordenamento, que gostaria de se apropriar dos números de Jundiaí. A conselheira Joana esclareceu que comparando as informações trazidas pelo Censo 2008, pode perceber que Jundiaí não sai da média nacional e que os dados são os que já apontados: maioria do sexo masculino e usuários de droga. A senhora Presidente questionou se o número de pessoas em situação de rua aumentou desde 2008 ao que Joana Prudência respondeu afirmativamente sendo complementado pela técnica Josi Maria Brochetto que no ano de 2010, em contagem realizada individualmente, chegou-se ao montante de 220 (duzentos e vinte) pessoas. O senhor Milton Calzavara comentou que este processo precisa ser analisado de fato, pois na gestão anterior foram apresentadas várias sugestões e nada foi implantado. Também ocorreram fóruns e estudos que deveriam ser utilizados como base neste momento, além de que, é importante para o CMAS saber e cobrar as entidades que executam esse tipo de serviço. A conselheira Joana Prudêncio explicou que tanto o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) quanto o Ministério Público estão cobrando a questão do reordenamento; pontua ainda que, quando se fala no assunto, a impressão que se tem é que houve um aumento estrondoso no número de pessoas em situação de rua, mas na verdade, quando se analisa os números percebe-se que esse aumento esta dentro da média esperada, frisando ainda que em Jundiaí, em sua maioria, e casos de passagem o que dificulta obter um número preciso, são os famosos "trecheiros", atualmente temos trinta pessoas que fazer uso do serviço de forma contínua, ressaltando que o Serviço de Obras Social (SOS) não atende as normas ditadas pelo CNAS que dispõe que a entidade que realizar os três tipos de acolhimento (casa de passagem, abrigo e república) deverá dispor de espaços diferenciados para cada perfil - espaços e locais diferentes. Por isso, para a efetivação desse reordenamento será necessário readequar a estrutura física dos locais, a exemplo do Centro Pop que deverá mudar de endereço dentro do mesmo bairro, os técnicos serão readequados e redimensionados dentro da Tipificação do SUAS, atualmente não contamos com a quantidade de técnicos desejada, mas vamos promover uma integração e qualificação do Serviço de Assistência Social. O Órgão Gestor esta realizando o protocolo de atendimento a estas pessoas em conjunto com a Rede de Saúde com o objetivo de realizar a inserção desta população no CadÚnico. Para o reordenamento é necessário readequar todo o serviço especializado em Abrigamento e Abordagem Social, pautar as questões relativas aos direitos dessa população nos serviços de outras políticas setoriais, adequação do atendimento de crianças e adolescente, abrigamento de grupo familiar, violência contra a mulher que se encontra

nesta situação bem como da pessoa portadora de deficiência. Questionada pela Presidência sobre a análise da violência sofrida por mulheres que são encaminhadas para os abrigos, a conselheira Joana esclareceu que não faz a divisão dos tipos de violência sofrida pela mulher e que a leva a rua, ainda não temos esse perfil, o que se sabe é que a violência faz parte da realidade de quem esta na rua. É fato que esta reestruturação deu-se a partir do ofício do Ministério Público, recebido no início deste ano; recebemos visita da DRADS onde nos foi passado algumas coordenadas de como proceder e seguindo estas orientações, foi realizada uma série de reuniões com a diretoria das entidades envolvidas, onde alguns conselheiros estiveram presentes, é necessário esclarecer que os serviços serão oferecidos conforme o perfil da cidade e segundo avaliações junto a rede de atendimento, Jundiaí tem potencial para ofertar as três modalidades de acolhimento. O SOS, por exemplo, está pretendendo se tornar Casa de Passagem, que é uma unidade de acolhimento imediata e emergencial para família e pessoas do mesmo sexo. A Presidente questionou a respeito dessa questão de apenas pessoas do mesmo sexo e como ficaria a situação de famílias e a conselheira Rosângela Moretti levantou a questão dos homossexuais. Em atenção a estes questionamentos, a conselheira Joana de Cassia explicou que: para atender a uma família, a instituição que optar por ser Casa de Passagem, terá que manter um quarto separado para estes casos, mas hoje a cidade não tem demanda, e a entidade deverá proceder da mesma forma no caso dos homossexuais, pois não poderá ter uma entidade só para esses atendimentos. A técnica Raquel Lopes, funcionária integrante do Centro Pop, apontou que, colocar homossexuais em quartos separados é um ato discriminatório, a Presidente comentou que em um panfleto pego no laboratório da saúde da mulher é necessário deixá-los a vontade para escolherem o ambiente em que melhor se adapta ao que a conselheira Roselaine Mamede pontuou que, em geral, as mulheres não os querem no mesmo quarto. Joana Prudêncio sugeriu deixar esse assunto para ser pensado e discutido em outra ocasião; diante disso, a conselheira Rosângela Moretti mostrou preocupação quanto a esta situação pois, sempre que aparecem assuntos conflitantes, eles acabam sendo adiados para outra ocasião, porque a pauta da reunião é extensa e nunca não são discutidos, depois são trazidos para o Conselho, que acaba tendo que decidir sem se apropriar dos detalhes do problema. Joana Prudêncio esclareceu que, neste momento, todos os equipamentos do município, inclusive serviço de saúde, se encontra com acúmulo nos atendimentos; o senhor Marco Antonio Vieira, ouvinte, argumentou que de um tempo pra cá a população começou a ter voz e reclamar um atendimento com direito e dignidade, dessa forma sugeriu realizar uma discussão para se verificar de como é essa população, de como é o usuário e que de fato elas sejam ouvidas e construam coletivamente para este reordenamento, ainda tenha muitas críticas do próprio usuário; a conselheira Rosângela Moretti questionou como Órgão Gestor primeiro apresentou uma proposta para somente depois ouvir a população? A conselheira Joana Prudêncio esclareceu que neste momento essa proposta esta sendo apresentada ao Conselho e não fechada, pois ainda, vai ser apresentada ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), juntamente com as diretrizes e as modalidades no município, pois ainda existem muitos pontos a serem esclarecidos, para depois realizar reuniões com as entidades e o público e posteriormente trazer essa discussão para o CMAS. É necessário deixar isso muito claro esses detalhes no próximo contrato a ser firmado, pois hoje, pelo que temos em mãos, não há como apresentar para a DRADS a forma desse serviço; a técnica Raquel Lopes comentou que há muito tempo que os direitos desse público são violados, exemplifica citando o caso de um homossexual: se os colocamos com mulheres, estas se constroem e entre os homens pode ocorrer violência. É uma situação complicada, é certo que antes não tínhamos esse público, mas a situação vem mudando ao longo dos anos e por ser uma medida emergencial, a parte social da Prefeitura já deveria ter previsto essa situação e criado uma solução que cada

caso requer; a senhora Presidente pontuou que esta não é a primeira vez que o Conselho, ao se deparar com algum assunto polêmico e que exige uma análise mais profunda, o Órgão Gestor nos apressa argumentando que trará posteriormente numa reunião exclusiva para o assunto, contudo isso nunca ocorre e não é desta gestão, isso já vem ocorrendo ao longo dos anos. nossa reunião tem duração de uma hora e meia a duras horas, e com uma pauta extensa torna-se impossível muitos questionamentos e os conselheiros têm o direito de perguntar quantas vezes quiser até terem segurança para votar; a conselheira Joana de Cássia Prudêncio diz que este é um assunto específico e que terá que trazer algumas pessoas que tenham mais subsídios; o senhor Marco Antonio Vieira entende que desde da discussão até a instalação dos serviços deveríamos contar com a participação coletiva a fim de favorecer a autonomia do indivíduo; a conselheira Joana de Cássia esclareceu que, os conselheiros precisam aprovar, pois esse quadro é a realidade de Jundiaí, estamos estudando a questão da necessidade do reordenamento do Serviço de Acolhimento; e que num prazo de 60 (sessenta) dias, vamos apresentar esse plano detalhado com diretrizes, perfil dos moradores em situação de rua, o serviço que hoje a cidade contempla e o indicativo do serviço que precisamos ter, esclarece ainda que o prazo será esse a salvo se o MDS estipular um tempo maior; o técnico Marcos Vieira propôs a aprovação do reordenamento pelo Conselho, pois a Semads possa construir a porta de saída, que hoje não existe, pois não existe uma rede organizada que cumpra de fato o que legislação pede, necessitamos das três modalidades de atendimento para garantir que a população seja acolhida devidamente; a conselheira Iracilda Araujo de Souza argumentou que o Conselho reconhece essa necessidade, contudo, não se aceita a forma como está sendo apresentado, pois foram feitos alguns questionamentos e as respostas até agora foram que depois discutiremos, depois quando? Como ficarão os serviços já existentes? a técnica Josi Maria Brochetto explicou que neste momento se está solicitando a aprovação sobre as ações que estão sendo realizadas, sobre o esforço que o Órgão Gestor vem empreendendo para que o reordenamento ocorra; a senhora Marilena Perdiz Negro, Secretária da Pasta, pontuou que a administração esta tomando certas medidas no intuito de acertar, lembrou que o Conselho tomou conhecimento dos problemas envolvendo os moradores de rua na primeira reunião deste ano, no final de fevereiro, quando foi apresentado o relatório do Ministério Público, esse assunto não é novidade para ninguém, a rede continuou atuando (Casa Santa Marta, S.O.S, Centro Pop) e os técnicos dialogando, estamos em projeto de construção, não estamos medindo esforços no intuito de dialogar com as entidades e com isso o corpo técnico chegar a um denominador comum. Agora, não tendo S.O.S e Santa Marta iremos continuar perseguindo isto, nós queremos ter Abrigo, ter o serviço de Acolhimento e o de Abordagens, mas queremos que estes serviços sejam realizados pelas entidades, o esforço que estamos fazendo independente do acompanhamento do Conselho, queremos o posicionamento que vocês como técnicos que estão acompanhando este serviço, a cobrança que estamos recebendo aqui não é divertida, não entende como os contratos que estão sendo analisados, foram aprovados pelo Conselho. Pretende fazer as coisas de maneira correta, todos viram o relatório do MP, foram realizadas visitas nas entidades pela DRADS, com exceção do "S.O.S" e estão cobrando uma prestação de contas por nossa conta, foi solicitando que trouxessem a vocês todas as ações da SEMADS até agora, e todas as reuniões ocorridas a esse respeito (anexo), estamos trabalhando incessantemente desde a conversa que tivemos com o Bispo Dom Vicente, após o carnaval, pois sabemos que a instituição tem um laço com a Igreja Católica. Na oportunidade, o Bispo comentou que precisávamos fazer um trabalho com amor, com amor das entidades também, então este diálogo já está em construção desde o começo deste governo; aparentemente dá impressão de atropelarmos o Conselho é por que quando chega orientações que temos que passar para o conselho, nós entendemos que

as questões já estão sendo dialogadas, pois tem a comissão de políticas e programas que estão tentando acompanhar as coisas que estão acontecendo, não é novidade pra ninguém que estamos neste processo; a senhora Presidente informou que todas as coisas que são solicitadas e questionadas nem sempre são devolvidas, comentou ainda que, sempre foi questionado pelo Conselho por que o Centro Pop não era referência, não aceita com isso que digam que o Conselho está errado e se houve erros foi na tentativa de acertos; Joana de Cássia Prudêncio colocou não se tratar de uma questão de governo, se estivemos com a administração anterior, também teríamos que fazer o reordenamento para não perder o recurso; concordou-se entres os presentes na apresentação de um extrato sobre essa discussão a fim de passar pela aprovação da plenária e solucionar os questionamentos sobre esse assunto, que vai anexo à presente ata; deu-se seqüência para o próximo item: **1) Avaliação e Deliberação sobre o aceite do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/anexo):** A conselheira Roselaine Mamede iniciou dizendo que precisamos reafirmar o aceite e o MDS passou dados referente ao censo de 2010 e que infelizmente não tem dados atualizados, pois não tem registro do trabalho infantil, não existem denúncias, apesar de apontar o número de 1.100 casos, achamos que devem ser crianças que cuidam de outras crianças, irmãos maiores cuidando dos irmãos menores, em razão disso necessitaremos fazer uma busca ativa através dos CRAS, para identificarmos essas crianças e levarmos para o cadastro único, bolsa família; este recurso que teremos é para estruturar a divulgação, pois muitas vezes as pessoas acreditam que é melhor trabalhar do que ficar na rua, mas não há registro; a Sra. Presidente questionou qual a real função do PETI, a conselheira Roselaine explicou que é para continuar com este programa na especial que significa inserção de criança em trabalho infantil, a Sra. Presidente novamente questionou sobre programa, pois ele já existe mas não funciona e não vê a necessidade de fazer o Aceite para um programa não funcional, a conselheira Roselaine Mamede comentou que a proposta é para divulgar o trabalho através da busca ativas destas crianças; a Sra. Presidente questionou se o Setor da Vigilância Social não irá fazer estas buscas a conselheira Roselaine Mamede esclarece que está tudo junto e que quando identificar uma criança, irá levar para o cadastro único e bolsa família e inserir no trabalho do CREAS e fazer acompanhamento através do PAEF; a conselheira Elisangela Trindade comentou que atende uma família com um adolescente inscrito neste programa há dois anos, e que faz apenas uma atividade por semana e através outro programa, demais dias na semana não faz nada, dessa forma questiona o que é esse PETI, onde a criança permanece na rua e nada lhe é proporcionado; a conselheira Rosângela Moretti ressalta o questionamento, comentando que, no Novo Horizonte existe o PETI e é neste mesmo estilo: atividades para a criança apenas uma vez na semana; a conselheira Roselaine Mamede esclareceu que terá o serviço de fortalecimento de vínculos dentro dos CRAS e estas crianças irão ser inseridas para o trabalho neste serviço e a família será acompanhada pelo CREAS, estamos implementando serviços e contratando técnicos; a Sra. Presidente questionou sobre a quantidade de técnicos disponíveis hoje para este serviço; Roselaine Mamede informou que contamos atualmente com: dois psicólogos, dois assistentes sociais e quatro orientadores; a conselheira Elisangela Trindade aduz à complicação de se firmar um aceite, quando há dois anos nada vem acontecendo neste sentido; Roselaine Mamede pontuou que a família receberá por isso, atualmente temos apenas uma crianças inscrita no PET; Roselaine Mamede esclareceu que no CRAS do Novo Horizonte existe o projeto "Educação para o Trabalho", o projeto PIPA não é pago, já o Ação Jovem prevê uma atividade com 80 horas mensais e que não precisa ser realizada dentro do CRAS; neste momento o MDS - Ministério de Desenvolvimento Social, nos aponta a existência de 1.167 crianças envolvidas no trabalho infantil, temos que buscar e identificar essas crianças, temos que ter um canal de denúncias; a Secretária da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; a conselheira Rosângela

Moretti questionou se a criança identificada será cadastrada na bolsa família, Roselaine Mamede respondeu que, além de ser incluída no Bolsa Família também o será no Serviço de Fortalecimento de Vínculos, sendo a criança no CRAS e a família no CREAS; a Secretária de Assistência Social, Sra. Marilena Perdiz Negro, declarou que o serviço de acompanhamento será realizado pelo setor de Vigilância Social, pois, ainda não temos estrutura profissional para o trabalho da busca ativa, esclarece que esse trabalho abrange não apenas a busca ativa como também a abordagem; comentou que, neste ano, num discurso no CONGEMA e em vários locais, foi colocado que a questão do PETI não é responsabilidade do MDS, ele é uma estratégia do ministério do trabalho que nós, da área da assistência, executamos e que seria inserido no Serviço de Convivência, para nós, foi uma surpresa ter que firmar esse novo "Aceite"; Rosângela Moretti comentou que houve uma reunião onde a técnica Carolina Vitti fez uma exposição onde abordou a questão do CREAS e do CRAS, colocando que o CREAS faria o trabalho de convivência, a Sra. Marilena Negro esclareceu que existe a possibilidade de contratar serviços de entidades, se tiver; a faixa etária já está inserida essa é a informação que tínhamos, mas agora tivemos que dar um tratamento específico, inclusive no PPA (Plano Plurianual) por que esse serviço tem que aparecer, pois, o Ministério do Trabalho vai cobrar novamente a ação do PET; a conselheira Rosângela Moretti entende que o valor apontado é muito pequeno para atender essa população que por experiência, este Conselho sabe que é uma população difícil de ser atingida, em razão disso se questiona a necessidade de realizar esse aceite, a Sra. Secretária Marilena Perdiz Negro colocou que é um assunto que merecerá muito de nossa atenção, o recurso é um detalhe, nossa responsabilidade são as informações que serão tratadas pela Vigilância Social, bem como, suas consequências, por que este indicador do IBGE foi assustador, será um desafio para todos nós; a conselheira Rosângela Moretti comentou que no final do ano, a Gestão passada, nos propôs firmar um aceite para a "busca ativa" das famílias em estado de vulnerabilidade, entretanto, como o valor era pequeno e não tínhamos maiores detalhes de como esse programa ia se realizar, acabamos por não firmar o Aceite, a conselheira Roselaine Mamede apontou que o Conselho não aceitou por que depois da busca ativa ainda teríamos que cumprir a agenda da Família Paulista, era o programa São Paulo Solidário, contudo, com este aceite, vamos buscar de fato onde estão estas famílias e fazer seu recadastramento, temos que melhorar o nosso índice, já temos o programa PET, hoje só iremos aceitar o reordenamento do PET, mesmo que o Conselho não aprove, de qualquer maneira iremos identificar estas crianças, só não teremos como atendê-las; questionada pela Sra. Presidente sobre o valor do benefício, a conselheira Roselaine Mamede informou que se a criança ganhará o teto máximo da bolsa família que é de R\$ 306,00 (trezentos e seis reais) e mais o PET, isso somará o montante de R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais), ressaltou que se trata de uma ação integrada entre diversas secretarias, que são: Saúde, Educação e SEMADS; a conselheira Rosângela Moretti pontuou que se o Conselho voltar seu olhar para a criança em estado de vulnerabilidade, a resposta ao Aceite será sim, entretanto, a criança que esta envolvida com drogas necessita de algo muito mais agradável que a faça querer mudar, por isso, além da busca ativa, temos que implantar ações efetivas; a conselheira Roselaine colocou que a ação é o Serviço de Fortalecimento de Vínculos que já está sendo realizado pelos quatro CRAS; a Sra. Secretária Marilena Perdiz Negro pontuou que esta discussão será levada para dentro do CMDCA, essa responsabilidade é deles, temos que começar a exigir projetos, que eles dêem prioridades para essas ações; a conselheira Elisângela Trindade concordou com as argumentações, ressaltou que integra tanto o CMAS quanto o CMDCA, entretanto ela acompanha um adolescente há dois, que esta inscrito no PET e não vê nada de concreto acontecer, sua preocupação e questionamento é: se reafirmarmos o Aceite o que de fato será realizado para efetivar essas ações? Afinal, hoje o adolescente

inscrito não está na escola, não é atendido pelo CRAS, não participa de nada. A Senhora Marilena Perdiz Negro alegou que, neste caso, a rede tem que funcionar, apontar caminhos, dar assistência, monitorar para não se perder de vista este adolescente, o que solicitamos de todos os CRAS é que não façam simplesmente oficinas para justificar estar fazendo coisas, é necessário que o vínculo seja estabelecido com a equipe e não com quem vai lá eventualmente, no momento, o Serviço de Convivência está classificando as faixas etárias e vamos ter que dar conta deste atendimento com algumas soluções; a conselheira Joana de Cássia esclareceu que esse aceite é para os anos de 2013 e 2014; a conselheira Rosângela Moretti expôs que deve agregar as informações, fazer de forma numérica, qualitativa e quantitativa, para quando o novo Conselho assumir, possa avaliar o processo num todo; depois de todos os questionamentos realizados, a Sra. Presidente pontuou que terão que estar mais atentos após este aceite e questiona aos conselheiros presentes quem concordava com o aceite incluindo o compromisso do Gestor em exigir que as outras secretarias também se comprometam para que programa PET tenha eficácia, todos os conselheiros presentes aceitaram. Após a aprovação deste item, foi retornando ao item **4- Informes Gerais:** A senhora Presidente informou a todos quem em relação a IX Conferência da Assistência Social, a PUC não aceitou fazer o trabalho, dessa forma a SEMADS assumirá essa tarefa, por isso, iremos precisar da ajuda dos conselheiros, assim é interessante que os conselheiros se apropriem dos temas que serão abordados para servirem de apoio nos grupos de discussão; as inscrições estão sendo realizadas através do site do município de Jundiaí e a partir de amanhã vocês receberão o aviso através do email, qualquer dúvida entrar em contato com a Secretaria Executiva; informou que a Comissão de Registro está negociando com a DRADS, uma forma de comprovar que as entidades estão prestando contas anualmente para o Conselho. Pois a DRADS esta solicitando que o certificado seja renovado anualmente, o que é contraditório à Resolução CNAS 16/10. Após contato com o Comus e a própria DRADS os membros da Comissão Rosângela Moretti, Ana Lucia Carolla, Sonia Ferraz sugeriram expedição de um documento onde atestasse que a entidade entregou toda a documentação solicitada em tempo hábil, que estes documentos estão sob análise da Comissão; outro assunto que a senhora Presidente abordou é a questão do prolongamento das reuniões, e solicitou os assuntos que foram listados por esse Conselho sejam trazidos à pauta; a conselheira Joana de Cássia Prudêncio aventou a necessidade de aumentar o número das reuniões ordinárias para conseguirmos atender a demanda e assim evitar uma pauta extensa; a Sra. Presidente sugeriu iniciar as reuniões as 17 horas e fazer uma pauta mais curta, para que tenhamos tempo hábil para discutir o assunto calmamente: **3) – Proposta do Calendário de reuniões sobre o PPA 2014/2017 (Plano Plurianual)** O plano de metas foi apresentado na câmara esta semana, a Sra. Presidente coloca que o PPA iria ser construído participativamente e que o Conselho iria poder opinar, ajudar na construção, mas em nenhum momento isso aconteceu, informaram que o PPA seria uma ação conjunta. A conselheira Joana de Cássia Prudêncio esclareceu que é exatamente isso que pretendem fazer, a intenção é apresentar um relatório, deixando claro que o Plano de Metas é uma coisa e o PPA é outra; a Sra. Presidente questionou quando este Conselho poderá participar e contribuir, Joana de Cássia Prudêncio esclareceu ser exatamente essa a intenção deste item: calendário de reuniões do PPA, por isso necessitamos acordar com o Conselho precisamos de um indicativo para agendá-las. A Sra. Presidente diz que a Secretaria Executiva irá passar um email para os Conselheiros perguntando sobre o dia e aí avisamos a SEMADS, esclareceu ainda que, novamente terão que aprovar em cima da hora, a conselheira Joana de Cássia diz que quem não concordar, poderá comparecer à Câmara Municipal onde ocorrerá a audiência, ela é pública, nada mais a tratar encerrou-se a reunião, pelo que eu, Cláudia Regina Martins de

Oliveira _____, na qualidade de Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após de lida e aprovada pelos presentes foi assinada pela presidente.

**Conselho Municipal
de Assistência Social**

**Maria Aparecida Carlos
Presidente do CMAS - Jundiáí**

